

Fórum sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente

16



paz e justiça

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

A infância é uma fase determinante para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e emocional dos indivíduos. Mesmo assim, muitas crianças são privadas do que necessitam para crescerem saudáveis e se desenvolverem integralmente. Não bastassem as privações, elas ainda enfrentam a violência. De acordo com dados da ONU, 66,60% das crianças latino-americanas de 1 a 14 anos experimentaram algum tipo de castigo físico ou agressão psicológica por parte de seus cuidadores em 2015. Outra questão grave é

agressão sexual: 3,10% das pessoas entre 18 e 29 anos que moram na América Latina afirmam ter sofrido violência sexual antes de completarem 18 anos de idade. Fortalecer as instituições que asseguram os direitos das crianças e adolescentes e acabar com o abuso, exploração e todas as formas de violência contra meninos e meninas são algumas das metas do ODS 16, que também abrange o enfrentamento à corrupção, ao terrorismo e outras práticas que ferem os direitos humanos.

RESUMO DA ATIVIDADE

A proposta desta ação é organizar um fórum de discussões sobre os direitos e a situação da infância no município, com a participação de convidados envolvidos com esse tema e de toda a comunidade escolar. O ponto de partida é o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece a proteção integral dos meninos e meninas brasileiros. Apesar de avançada, essa lei ainda enfrenta dificuldades para cumprir seu objetivo.

A ideia é organizar uma mesa com 2 ou 3 debatedores, que pode ser formada por representantes do Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho de Educação da cidade e outros especialistas.

A comunidade escolar deverá ser convidada para participar da discussão: diretor, coordenadores, representantes do conselho escolar, professores, pais de alunos e estudantes acima de 14 anos. O intuito é esclarecer dúvidas e provocar a reflexão sobre os direitos e responsabilidades de cada um no cumprimento dessa lei.

PÚBLICO RECOMENDADO

- Estudantes acima de 14 anos.
- Todos os profissionais da escola.
- Pais e a comunidade.

MONTE AQUI SEU CRONOGRAMA

- [] **PASSO 1:** Apresentar a proposta e planejar.
- [] **PASSO 2:** Organizar a atividade.
- [] **PASSO 3:** Realizar o Fórum.
- [] **PASSO 4:** Registrar os resultados no [Portal dos Voluntários](#).
- [] **PASSO OPCIONAL:** Fórum para as crianças.

PREPARE-SE



[Passo-a-passo completo](#)



[Informações para o facilitador](#)



[Referências para o facilitador](#)

1. Passo-a-passo completo

PASSO 1 Apresentação e planejamento da ação

Agende uma conversa com a escola para a apresentação e planejamento da proposta. Possivelmente, a articulação será encaminhada com a coordenação pedagógica, que deverá indicar os professores e funcionários que serão envolvidos na atividade. Nesta conversa, não se esqueça de:

- Levar a proposta por escrito.
- Salientar os objetivos da atividade, que são:
 - Compartilhar informações e conscientizar a comunidade escolar sobre as condições da infância no município.
 - Refletir sobre a importância das crianças conviverem em ambientes saudáveis, que garantam sua sobrevivência, crescimento e plena aprendizagem.
 - Promover a reflexão sobre direitos e responsabilidades de cada grupo da comunidade escolar no cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- Definir o local e o melhor momento para a realização: pode ser no Dia da instituição do ECA (13/7), Dia da Infância (24/8), Dia das Crianças (12/10) ou qualquer outra data.
- Acordar o papel de cada um na realização da atividade:
 - O voluntário: propõe e executa a atividade em parceria com a escola.
 - A escola: garante o envolvimento dos professores e funcionários e viabiliza o convite aos debatedores do fórum e aos pais.
 - A família e a comunidade: participam da discussão no dia do evento.
- Pedir autorização para filmar ou fotografar.

ANTES DE FALAR COM A ESCOLA, INSPIRE-SE

Para chamar a atenção sobre a situação das crianças e dos adolescentes que têm seus direitos violados no mundo inteiro, o Unicef fez uma ação na maior feira de intercâmbio da América Latina, mostrando essa dura realidade: crianças trabalhando como soldados, crianças refugiadas, trabalho infantil e educação em condições precárias. A iniciativa, realizada em 2015, marcou os 25 anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. [VEJA O VÍDEO](#)

PASSO 2 Organização da atividade

Marque um bate-papo com os professores e funcionários indicados para conduzir a ação junto com você. Nessa, conversa, explique que a proposta é realizar um fórum de debates sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), trazendo especialistas e ativistas que atuam na proteção da infância para discutir o tema com a comunidade escolar, incluindo pais, profissionais da instituição e alunos maiores de 14 anos.

Esclareça que a ideia é trazer à tona a delicada situação da infância e juventude em nosso país e no mundo, contribuindo para a reflexão sobre a urgência de garantir os direitos e o pleno desenvolvimento cognitivo, afetivo e emocional de nossas crianças. Explique, também, que essa ação é inspirada no **16º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – Paz, Justiça e Instituições Eficazes**, da ONU, que em seu item 16.2 estabelece a meta de **“acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças até 2030”**.

Certamente, os profissionais da escola conhecem bem a realidade das crianças e adolescentes da escola, por isso podem oferecer sugestões valiosas para o debate. Acolha as contribuições do grupo, defina as turmas que serão envolvidas e a data da realização do fórum. A proposta é que o encontro aconteça no período noturno para facilitar a participação dos palestrantes e da comunidade. Por fim, alinhe o que precisará ser providenciado para a realização do evento:

Convite aos debatedores

Podem ser convidados especialistas em direitos da infância, como representantes de Conselho Municipal dos Direitos da Infância e Adolescência, conselheiros tutelares, se possível, o promotor da Vara da Infância e Juventude da cidade, juízes e defensores públicos, conselho municipal da educação, secretaria de direitos humanos, advogados especializados no assunto ou ONGs que atuam na proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. A escola deverá fazer o convite formal aos especialistas, explicitando o tema do fórum – **A garantia de direitos e a situação da infância no município** – e solicitando a confirmação de presença. A sugestão é que sejam trazidos entre dois e três convidados.

Convite aos pais e à comunidade

A recomendação é que a escola passe uma circular interna chamando os funcionários e professores para o evento e fazendo um convite especial aos pais e outras pessoas da comunidade. É importante dimensionar o número de participantes em função do espaço disponível para o encontro. Se necessário, pode-se pedir confirmação e, aos poucos, ir fazendo novos convites.

Preparação do local

É necessário providenciar mesa e cadeiras para os debatedores convidados, microfone e caixas de som, além de água, caneta e papel para anotações e formulação de perguntas, ao final. Se possível, providencie também um lanche para os convidados.

PASSO 3 Realizar o Fórum sobre o ECA



TEMPO NECESSÁRIO: 2 horas

Chegue ao local do evento com antecedência para checar a organização do espaço, testar microfones e receber os convidados. Indique o local à mesa aos palestrantes e, quando a plateia estiver acomodada, faça a abertura do evento. Você, a direção ou coordenação da escola devem apresentar os convidados e a proposta do fórum: discutir os direitos e a situação da infância no município.

Nessa abertura, é importante situar que a proteção dos direitos das crianças faz parte do [16º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável](#) da ONU, que tem como foco “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”. Uma das metas, dentro desse ODS, é **acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças**. É interessante ponderar que esse é um desafio gigantesco e que requer o envolvimento de todos, tanto pais, quanto equipe escolar e a comunidade, e que foi essa reflexão que inspirou a realização do fórum.

Ceda a palavra aos convidados, na ordem previamente combinada com eles e com a escola. Administre o tempo para que todos os convidados possam falar com tranquilidade e que a plateia possa fazer comentários e perguntas ao final da reunião. No encerramento, agradeça a participação de todos e peça para que os convidados, em suas falas finais, reforcem com os participantes quais providências os cidadãos podem tomar quando se deparam com situações de violação aos direitos das crianças.

Nos dias seguintes ao evento, lembre a escola de enviar um e-mail de agradecimento aos convidados que palestraram.

PASSO 6 Divulgação da atividade

No evento, tire fotos, faça anotações ou grave um vídeo e sugira que a escola faça uma ampla divulgação do fórum no jornal interno, informativo, fanpage ou blog da instituição. Ele também pode ser divulgado em emissoras de rádio e jornais locais.

Não se esqueça de publicar a atividade no [Portal do PEB](#), registrando os resultados da experiência. Para isso, basta criar uma Ação Voluntária dentro da Ação Mãe.

PASSO OPCIONAL Fórum lúdico

Antes do evento voltado para o público adulto, sugira que a escola realize um fórum apenas entre as crianças. Para tal, os professores poderão fazer algumas atividades de sensibilização em sala de aula, levantando entre os alunos quais temas relacionados aos seus direitos eles gostariam de debater.

Conforme a lista de temas for definida, o professor ou o voluntário poderão ser convidados para fazer uma breve apresentação e participar da mesa. É importante que as regras do debate sejam pré-definidas e que os professores coordenem as discussões. Os adultos apenas conduzem a conversa de acordo com as regras estabelecidas, deixando os alunos livres para colocarem suas ideias e questionamentos.

Anote as dúvidas e comentários que surgirem e, no dia do Fórum, leve para que os convidados respondam, de forma que as vozes das crianças também sejam contempladas.

2. Informações para o facilitador

“Uma criança, um professor, um livro e um lápis podem mudar o mundo”

Malala, ganhadora do Nobel da Paz aos 17 anos

A situação da infância no mundo

Toda criança nasce com o direito inalienável a uma vida saudável, à educação e a uma infância segura e protegida. No entanto, em todo o mundo, milhões de crianças são privadas do que necessitam para crescerem saudáveis, fortes e se desenvolverem plenamente, seja em função do local, condições e circunstâncias em que nasceram.

As crianças representam 34% da população dos países pobres, mas são 46% da população que vive na extrema pobreza, com menos de US\$1,90 por dia. Hoje, **124 milhões de crianças têm negada a oportunidade de completar seus estudos** e 38% delas terminam o primário sem ter aprendido a ler, escrever ou fazer contas simples. Em 2015, 5,9 milhões de crianças morreram antes de atingir 5 anos de idade, em sua maioria por doenças que podem ser prevenidas e tratadas de forma fácil e barata (*fonte: [Situação Mundial da Infância 2016 - Unicef](#)*).

Além da exclusão, elas sofrem com a violência. Segundo dados da ONU, 66,60% das crianças latino-americanas de 1 a 14 anos experimentaram algum tipo de castigo físico ou agressão psicológica por parte de seus cuidadores em 2015. Outra questão grave é agressão sexual: na região, 3,10% das pessoas entre 18 e 29 anos sofreram violência sexual antes de completarem 18 anos de idade.

Segundo o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), se as tendências atuais forem mantidas, em 2030, algumas regiões e países com populações em crescimento e em desvantagem continuarão, como hoje, com o mesmo número de crianças fora da escola.

Mantido o cenário atual, até 2030, **conflitos e crises crônicas causadas pelos efeitos da mudança climática colocarão em risco a vida e o futuro das crianças**, obrigando famílias a se deslocarem cada vez mais, aumentando sua vulnerabilidade e intensificando as desvantagens.

Veja outros dados do relatório [Situação Mundial da Infância 2016](#):

- 167 milhões de crianças viverão em extrema pobreza em 2030.
- Quase 70 milhões de crianças poderão morrer antes do seu 5º aniversário.
- Quase 120 milhões sofrerão atraso no crescimento, prejudicando seu desenvolvimento físico e cognitivo, com consequências irreversíveis.
- Mais de 60 milhões de crianças em idade escolar primária estarão fora da escola.
- Aproximadamente 750 milhões de mulheres terão se casado ainda crianças.

O documento chama a atenção para a urgência na mobilização social para interromper esses ciclos de exclusão e violência. Esse desafio perpassa vários [Objetivos do Desenvolvimento Sustentável](#) e, no que se refere ao combate à violação de direitos,

ganha ênfase no ODS16, que tem como uma de suas metas “acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças”.

A situação da infância no Brasil

Nas últimas décadas, o Brasil avançou na garantia dos direitos de meninos e meninas. Segundo dados do Unicef no documento [Agenda pela Infância no município – desafios e propostas 2017-2020](#), em 1991, a maioria (85%) dos municípios brasileiros estava no nível “muito baixo” do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que abrange indicadores de saúde, educação e renda. Em 2013, passados mais de 20 anos, apenas 0,6% dos municípios estavam nessa faixa e mais de 70% apresentavam um IDHM médio ou alto.

Todos os indicadores relacionados à educação avançaram no país, que está próximo de assegurar 100% das crianças no ensino fundamental. No entanto, **ainda existem mais de 3 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola e 75,4% dos meninos e meninas de até 3 anos fora da creche.**

O país também evoluiu no controle da transmissão do HIV de mãe para filho, mas os casos entre meninos de 15 a 19 anos cresceram 53% entre 2004 e 2014. Outra trágica face das violações de direitos são os homicídios de adolescentes: em média, 30 crianças e adolescentes são assassinados por dia no Brasil.

Crianças e adolescentes brasileiros ainda convivem com violações de direitos como **violência física, sexual, negligência, trabalho infantil e discriminação**. Em 2015, o Disque 100 recebeu mais de 80 mil denúncias de violência contra meninos e meninas.

Se pensarmos que a infância é uma fase determinante para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e emocional dos indivíduos, perceberemos a importância da garantia da proteção integral das crianças, assegurando um ambiente saudável que promova sua sobrevivência, crescimento e aprendizagem de forma plena.

As oportunidades proporcionadas na infância influenciam diretamente na formação de uma

sociedade. A oferta de escolas de qualidade, bom atendimento na saúde, espaços culturais e de lazer que contemplem o direito ao brincar devem ser as bandeiras de toda a sociedade. **Afinal, nossas crianças não têm condições de lutar sozinhas por seus direitos.**

A infância deve ser prioridade na agenda política e a discussão em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente pode ser um momento oportuno para a reflexão, denúncia e ação.

Sociedade responsável

A Constituição Federal Brasileira de 1988 determina que haja **prioridade absoluta na proteção da infância e na garantia de seus direitos**, por parte do Estado, família e sociedade. Mas, para que isso aconteça, os preceitos constitucionais devem ser transformados em leis. No caso da infância, a lei mais importante é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069, em vigor desde 1990.

O ECA é o marco legal nessa área e traz como base a doutrina de proteção integral, em substituição à visão assistencialista. De forma geral, ele trata dos diversos aspectos envolvidos para serem assegurados o **bem-estar físico, psicológico e moral da criança e do adolescente** (o direito à vida, saúde, liberdade, respeito e dignidade e educação) e condena qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Estatuto divide-se em duas partes: a primeira trata da proteção dos direitos fundamentais à pessoa em desenvolvimento; e a segunda aborda os órgãos e procedimentos protetivos.

Para garantir e restaurar direitos violados, as instituições do sistema de garantia devem estar presentes em todo o país e oferecer condições de trabalho que as permitam atuar em favor dos direitos de meninas e meninos. Nas cidades, há duas instâncias fundamentais voltadas ao tema: o **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar**.

Os Conselhos de Direitos têm, entre suas principais atribuições, formular as diretrizes para as ações de

promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, além de fiscalizar as políticas públicas voltadas a esse segmento populacional. Já os Conselhos Tutelares são órgãos municipais destinados a zelar pelos direitos da infância e da adolescência, podendo orientar, encaminhar e tomar providências necessárias para garantir um atendimento adequado em casos de violações de direitos.

O Brasil conta hoje com 5.084 Conselhos de Direitos, cobrindo 91,4% dos municípios brasileiros. Existem 5.472 Conselhos Tutelares – uma cobertura de 98,3% dos municípios. No entanto, em grande parte das cidades, eles são em número insuficiente para atender a toda a população (*fonte: [Agenda pela Infância no município – desafios e propostas 2017-2020](#)*).

Mas, para além das garantias estabelecidas pela lei, precisamos pensar que toda criança tem o direito de brincar, chorar, ter companhia, receber colo e aconchego, ser reconhecida, expor o que sente, enfim, o direito de ser criança e de ser feliz.

No livro “Ao professor, com o meu carinho”, o poeta Rubem Alves, crítico contumaz do sistema educacional e defensor de uma educação mais justa e inclusiva, lista **os 10 direitos naturais das crianças**:

1. Direito ao ócio: Toda criança tem o direito de viver momentos de tempo não programado pelos adultos.
2. Direito a sujar-se: Toda criança tem o direito de brincar com a terra, a areia, a água, a lama, as pedras.
3. Direito aos sentidos: Toda criança tem o direito de sentir os gostos e os perfumes oferecidos pela natureza.
4. Direito ao diálogo: Toda criança tem o direito de falar sem ser interrompida, de ser levada a sério nas suas ideias, de ter explicações para suas dúvidas e de escutar uma fala mansa, sem gritos.
5. Direito ao uso das mãos: Toda criança tem o direito de pregar pregos, de cortar e raspar madeira, de lixar, colar, modelar o barro, amarrar barbantes e cordas, de acender o fogo.

6. Direito a um bom início: Toda criança tem o direito de comer alimentos sãos desde o nascimento, de beber água limpa e respirar ar puro.

7. Direito à rua: Toda criança tem o direito de brincar na rua e na praça e de andar livremente pelos caminhos, sem medo de ser atropelada por motoristas que pensam que as vias lhes pertencem.

8. Direito à natureza selvagem: Toda criança tem o direito de construir uma cabana nos bosques, de ter um arbusto onde se esconder e árvores nas quais subir.

9. Direito ao silêncio: Toda criança tem o direito de escutar o rumor do vento, o canto dos pássaros, o murmúrio das águas.

10. Direito à poesia: Toda criança tem o direito de ver o sol nascer e se pôr e de ver as estrelas e a lua.

VOCÊ SABIA?

O Amigo de Valor é um dos maiores programas de mobilização social do Brasil. Baseado no ECA, sua missão é fortalecer os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. [Saiba mais](#)

Dicas para a condução de debates

Ao serem incentivadas a falar sobre determinado tema, as pessoas se apropriam do que sabem, construindo argumentos favoráveis ou contrários ao assunto. Nesse sentido, um debate ou roda de conversa pode ser uma chance para inserir o conhecimento num contexto prático e, nesse exercício, estimular o jovem a falar em público, a defender direitos e ideias. É um aprendizado que serve para a vida.

Mas, para que a discussão tome um bom caminho, é preciso estar bem preparado para conduzi-la. Confira algumas dicas para isso.

1. Prepare-se

- Busque informações sobre o assunto que será alvo da discussão.
- Organize algumas perguntas que você poderá fazer para “quebrar o gelo” no início do debate.
- Se mais alguém for conduzir a conversa junto com você, faça um alinhamento prévio.
- Caso haja adesão de professores, agende um bate-papo com eles para discutir a proposta.

2. Prepare o ambiente

- Prepare um ambiente acolhedor, se possível, com cadeiras ou almofadas distribuídas em círculo. A ideia é que todos percebam que não estão na sala de aula e que no debate há uma troca, sem hierarquia, certo ou errado.
- Conforme os participantes forem chegando, é importante que sejam bem-recebidos.

3. Contextualize e abra espaço

Há diferentes maneiras de começar um bate-papo. A equipe da escola pode ajudar a identificar a mais adequada ao grupo. Algumas sugestões:

- Contextualize: se a atividade for iniciada com a exibição de um filme ou leitura de um texto, por exemplo, situe a época em que foi feito, o que ele retrata, de maneira clara e sucinta. Faça uma apresentação inicial com esse contexto.

- Crie expectativa: levante com a turma o que o tema do debate sugere. Se possível, registre as falas num flipchart ou lousa.
- Provoque: liste algumas questões que serão retomadas no fechamento da conversa. No final, os alunos poderão ajudar a respondê-las, criticá-las ou reformular as ideias que tinham previamente.

4. Saiba ouvir e respeitar

Na hora da discussão, o fundamental é que todos saibam ouvir. Você pode estabelecer previamente algumas regras com o grupo, como evitar julgamentos, preconceitos e a repetição de perguntas ou ideias já defendidas pelos colegas.

Para aquecer o debate, comece com uma ou duas perguntas que você tenha na manga. Caso a atividade envolva um filme ou leitura, levante as impressões dos participantes sobre o cenário, os personagens, seus conflitos, a época retratada e a relação com os tempos atuais, por meio de exemplos do cotidiano.

Como mediador, o voluntário deve ser um ouvinte atento e aberto às percepções trazidas pelo grupo. Se necessário, registre as contribuições em um flipchart.

Ao final, faça uma amarração sobre as principais questões levantadas e conclusões. Nesse momento, você também pode perguntar se alguém mudou de opinião após o debate, mostrando que muitas vezes formamos opiniões sem conhecer todos os lados e nuances das questões.

Referências para o facilitador

ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes:

<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods16/>

Vídeo resumo publicado pela ONU Brasil:

<https://www.youtube.com/watch?v=iNzYCD8VLi8>

Relatório “Situação Mundial da Infância 2016”:

https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_33640.html

Estatuto da Criança e do Adolescente:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Documento “Agenda pela Infância no município – desafios e propostas 2017-2020”, produzido pelo Unicef, que propõe uma agenda para redução das desigualdades que afetam crianças e adolescentes nas cidades brasileiras:

https://www.unicef.org/brazil/pt/unicef_agenda_pela_infancia_no_municipio_2017_2020.PDF

Site do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância):

<http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>

Site da iniciativa “Prioridade Absoluta”, do Instituto Alana, que tem por objetivo promover os direitos e mobilizar a sociedade no cuidado com a infância:

<http://prioridadeabsoluta.org.br/>

ANDI - Agência de notícias dos direitos da infância:

<http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/page/andi-direitos-da-infancia-e-da-juventude>

Série de vídeos “Conceitos Fundamentais da Primeira Infância:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLvfZHqGPp_MteUjK5xfma_NuTMsB6ppq82

Complete esta lista com outras sugestões!